



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008689-45.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Edna Aparecida Tavares da Silva**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Edna Aparecida Tavares da Silva intentou ação de cobrança de seguro DPVAT em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Sustentou que sofreu acidente de trânsito em 09/10/2000, com lesões graves que lhe acarretaram invalidez permanente, tendo direito ao recebimento do seguro DPVAT.

Em contestação vieram preliminares e, no mérito, o pedido de improcedência. Foi incluída a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (fls. 125/126).

Foi determinada a realização de prova pericial, sendo a autora intimada pessoalmente (fl. 175), não comparecendo ou justificando a ausência (fls. 176), sendo decretada a sua preclusão (fl. 178).

É o relatório.
 Decido.

Para casos como o presente, necessária a avaliação técnica da parte, para aferir eventuais sequelas decorrentes de acidente de trânsito, inclusive porque os documentos médicos juntados com a inicial não são, sequer de longe, conclusivos.

Assim, foi designada perícia a ser feita pelo IMESC, sendo a autora pessoalmente intimada, conforme consta à fl. 175, não vindo qualquer justificativa.

Ademais, a autora apresentou alegações finais às fls. 186/198 e novamente nada falou sobre a ausência da perícia por culpa da própria requerente, o que fala por si.

Da foram presente, cristalina a indicação de que a autora não se desincumbiu das provas que lhe eram pertinentes, não demonstrando o seu direito.

E nem se fale que os documentos que acompanham a inicial são suficientes já que produzidos há tempos, não sendo conclusivos quanto aos requisitos necessários ao acolhimento do pleito inicial.

Julgo, portanto, improcedente o pedido inicial.

Custas e despesas processuais pela autora, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PIC

São Carlos, 26 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**